



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte de novembro de 2013, no Salão Azul do Santuário do Senhor do Bom Jesus da Cana Verde, nesta cidade e comarca de Siqueira Campos/PR, sob a presidência da Promotora de Justiça da Vara Única de Siqueira Campos, Dra. Nicole P. S. Mäder Gonçalves, presentes representantes de diversos segmentos da sociedade, sendo os trabalhos secretariados pela própria Promotora, realizou-se a II Audiência Pública com o tema "Direito à Cidade: urbanismo e meio ambiente em Siqueira Campos" para os fins do art. 27, parágrafo único, inc. IV da Lei nº. 8.625/93, regularmente convocada por meio de aviso de convocação publicado no edital da Promotoria de Justiça localizado no átrio do Fórum, na página oficial do Movimento Paraná sem Corrupção, divulgado através da página do Movimento Paraná Sem Corrupção – Siqueira Campos no Facebook, pela Rádio Cana Verde, pelo jornal Correio do Norte e por panfletos e cartazes distribuídos pela cidade. A audiência foi aberta pela Promotora de Justiça, quem destacou a importância do envolvimento da comunidade para a gestão democrática da cidade e para o combate à corrupção, sendo a Audiência um importante momento para o exercício da cidadania. Na sequência, foi feito um breve apanhado das ocorrências registradas na primeira Audiência e repassados aos participantes as providências tomadas pelo Ministério Público e pelo Poder Executivo quanto a situação calamitosa da Rua Benjamin Constant, objeto de debate naquela primeira oportunidade. Feitos os esclarecimentos iniciais, a Promotora explicou o rito da Audiência Pública destacando na presente Audiência não haveriam expositores pois o objetivo era aprofundar o debate já iniciado, dando-se preferência absoluta à participação popular. Aberta as inscrições 12 (doze) cidadãos solicitaram o uso da palavra. A primeira inscrita, Dona Jacinta, apresentou sua reclamação quanto a ausência de saneamento básico na região do Santuário, mais especificamente na Rua Minas Gerais; relatou que cada vez que chove, há enxurradas fortes na região, ocasionado enchentes ao final da rua. Posta a situação, a Secretária do Meio Ambiente, explicou que o problema da região é de ausência de galeria de água pluvial e não de saneamento, ressaltando que apenas 30% (trinta por cento) da cidade conta com galerias de água pluvial e que a Prefeitura está



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

trabalhando no desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico da cidade, o qual será finalizado com a participação da população através de Audiências Públicas que serão realizadas em todos os bairros do Município, iniciando-se os encontros no dia 26.11.2013 no Distrito da Aroeira. A segunda, sra. Maria Eunice, agradeceu o Poder Executivo e Legislativo pelas iniciativas tomadas na Rua Benjamin Constant e na região do Santuário após as reclamações feitas na primeira Audiência Pública, destacando que o problema existe há muito tempo e que somente agora é que Poder Público está dando os primeiros passos para solucioná-lo e garantir uma moradia digna para os cidadãos do local. Referindo-se ao depoimento da sra. Maria Eunice, a Promotora destacou a importância das Audiências e acima de tudo da organização da sociedade civil, sugerindo que o exemplo dado por Maria Eunice sirva de incentivo e motivação para que a mobilização democrática persista. O Vereador Aloísio protestou dizendo que a situação era muito antiga que teria que ter sido vista há tempos e frisou que os problemas ainda persistem e os loteadores da área, bem como os responsáveis pelo lixo clandestino aterrado, devem ser responsabilizados. A Secretário do meio Ambiente fez, então, um breve relato das ações que foram tomadas pela Prefeitura após a primeira Audiência Pública e comunicou que a Prefeitura tinha recém assinado um contrato para a construção de 11km de esgoto no Município. O terceiro inscrito, sr. José Lopes, fez a mesma reclamação da Dona Jacinta, mostrando-se indignado com as enxurradas que assolam a região da Rua Minas Gerais. A Promotora informou que as reclamações estavam sendo registradas e destacou a importância da comunidade atuar de forma unida, pois em apenas três manifestações já foi possível perceber que os problemas muitas vezes alcançam não só o reclamante, mas toda a comunidade, por isso é interessante que se lute coletivamente pelos direitos, isso dá força a reivindicação faz com as pessoas não desanimem e desistam. O quarto inscrito, Vereador Gean Cezar de Carvalho, trouxe a reclamação dos moradores da Nascente do Sol quanto ao constante entupimento das fossas. Questionado pela Promotora sobre o proprietário do loteamento da região, foi indicado o nome de Ari Lima, vulgo "Bagrinho", mas informou que há mais de um loteamento no local. O vereador Aloísio disse que o problema deveria ser resolvido pelos proprietários pois o loteamento foi aprovado com sistema de fossas. Presente o representante da comunidade Nascente do Sol, sr. Cristiano, fez um relato emocionado da situação e relatou a gravidade do caso, relatou que tem que esvaziar sua fossa a cada três dias, o que além de incomodo, lhe custa caro, pois tem que pagar um caminhão para ir fazer a coleta do material; disse que a maioria dos presentes tinham vindo fazer a mesma reclamação, solicitou então que os moradores da Nascente do Sol se levantasse para que pudesse ser percebido o tamanho da demanda, o discurso do sr. Cristiano arrancou fortes aplausos dos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

presentes. Diante da complexidade das reclamações, a Promotora pontuou que será necessária a instauração de um procedimento administrativo para verificar a situação legal dos loteamentos e o agendamento de uma reunião com os representantes do Poder Executivo, da Sanepar e da comunidade para que seja buscada uma solução para o caso. O vereador Aloísio disse que o caso não tem solução, pois as casas foram construídas sobre uma manancial da água, mas sugeriu que um caminhão fosse disponibilizado pela Sanepar para fazer a coleta do esgoto. A quinta inscrita, sra. Nilce, disse que continuam construindo casas sobre a região e outros loteamentos foram aprovados, o que é gravíssimo, pois todas essas pessoas terão o mesmo problema dos moradores da Nascente do Sol presentes na audiência, mas como estão investindo no local, entende que tem o direito de ficar lá, cabendo ao Poder Público a solução do problema. A Promotora solicitou aos representantes da Prefeitura toda a documentação referente aos loteamentos aprovados e todas as solicitações de aprovação de loteamento feitas à Prefeitura na região da Nascente do Sol. O sexto inscrito, sr. Marcio, reclamou da saúde no Município, da demora para conseguir uma consulta com médicos especialistas e denunciou que parentes do Prefeito tem feito check up pelo SUS sem esperar na fila das consultas e exames, disse ainda que a ausência de médicos no Município está trazendo muito sofrimento à população. A Promotora explicou brevemente em que consiste a Rede de Atenção Básica à Saúde que deve ser provida pelo Município, disse que estava ciente da ausência de médico pediatra no Município e que já tinha cobrado uma solução da Prefeitura através de procedimento administrativo instaurado, sendo que a Prefeitura comunicou que em janeiro de 2014 será realizado concurso para médicos e enquanto isso estão procurando médicos para atender em caráter emergencial, porém, encontram dificuldades em razão dos altos salários que cobram e do pouco período de tempo que se dispõem a atender. Quanto às denúncias referentes aos parentes do Prefeito, a Promotora solicitou que Marcio comparecesse à Promotoria para formalizar a denúncia e fornecer mais dados. O sétimo inscrito, sr. Alessandro, questionou sobre a existência de um plano de arborização no Município e sobre as providências que estão sendo tomadas quanto aos cachorros de rua. A Secretária do Meio Ambiente relatou que estão buscando um convênio com a COPEL no qual para cada árvore cortada a COPEL paga R\$98,00 (noventa e oito reais) para o Município e ainda dá uma árvore de tamanho médio para plantio. Para firmar o convenio, porém, a COPEL exige um mapeamento de todas as árvores do Município, o que está sendo feito por uma estagiária do Departamento do Meio Ambiente. A Secretária destacou também que as calças de Siqueira são estreitas e na sua ocupação a preferência é a reserva de espaço para pedestres e cadeirantes, sendo que somente se sobrar espaço é possível o plantio de



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça da Comarca de Siqueira Campos

árvores. Em relação aos cachorros de rua, comunicou que a Associação Protetora dos Animais foi reconhecida como entidade de beneficente sem fins lucrativos e passará a receber uma subvenção da Prefeitura para que contrate médicos veterinários para castrar os cachorros de rua. Disse que a construção de um canil seria inviável pelo custo e perigo de que outros municípios passassem a utilizar essa estrutura para resolver os seus problemas. O sétimo inscrito, sr. Érico, questionou sobre a responsabilidade de quem emite os Alvarás dos loteamentos irregulares, sendo respondido pela Promotora que não há dúvidas de que também são responsáveis. O controlador interno da Prefeitura, sr. Sidinei informou estão disponíveis na Prefeitura todos os documentos mencionados e que tudo se encontra regular. O oitavo a se manifestar, sr. Cristiano, apresentou-se como representante na Nascente do Sol e disse reafirmou os problemas antes relatados. O nono a se manifestar, o sr. Flavio Bassi, em nome da Pastoral de Ação Social, informou que há um projeto de organização de Associações de Bairro a ser desenvolvido em 2014, convidando todos a trabalhar em conjunto para que as comunidades se organizem. A Promotora elogiou a iniciativa e disse que o Ministério Público participará destas ações. Informou ainda que todas as reivindicações foram anotadas e que em 2014 espera poder ter mais oportunidades como está para a dialogar com a população. Por fim, a Promotora de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação e dando por encerrada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que encerrou-se às 22h10min. Eu Nicole Mader Gonçalves, Nicole Mader Gonçalves, Promotora de Justiça, digitei e subscrevi.

Siqueira Campos, 21 de novembro de 2013.


NICOLE P. S. MADER GONÇALVES

Promotora de Justiça